

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Sequencial:

Concurso Público



Aplicação: 21/11/2006

Cargo 6:

Consultor Legislativo

Área de atuação: Redação Parlamentar

TARDE

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova discursiva.
- 2 Caso os dados pessoais constantes neste caderno não correspondam aos seus, ou, ainda, caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 O espaço para rascunho da prova discursiva é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha.
- 9 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 24/1/2006, a partir das 17 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005.
- II 25 a 27/1/2006 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III 14/2/2006 – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Distrito Federal, Diário da Câmara Legislativa e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005.
- IV 15 a 21/2/2006 – Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V 9/3/2006 – Resultado final da prova discursiva e convocação para a prova prática: locais mencionados no item III.
- VI 12/3/2006 – Realização da prova prática: em locais e horários que serão informados na respectiva convocação.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 24 do Edital n.º 1/2005 – CLDF, de 26/10/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

UnBC **ESPE**
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

• De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

• As siglas seguintes, quando usadas, deverão ser interpretadas da forma indicada: DF = Distrito Federal; LODF = Lei Orgânica do Distrito Federal; CLDF = Câmara Legislativa do Distrito Federal; TJDF = Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; STJ = Superior Tribunal de Justiça; STF = Supremo Tribunal Federal.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Nas formas de vida coletiva podem assinalar-se dois
princípios que se combatem e regulam diversamente as
4 atividades dos homens. Esses dois princípios encarnam-se
nos tipos do aventureiro e do trabalhador. Já nas sociedades
rudimentares manifestavam-se eles, segundo sua
7 predominância, na distinção fundamental entre os povos
caçadores ou coletores e os povos lavradores.

10 Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética
da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só
atribuirá valor positivo às ações que sente ânimo de praticar
e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades
13 próprias do aventureiro — audácia, imprevidência,
irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem — tudo,
enfim, quanto se relacione com a concepção espaçosa do
mundo, característica desse tipo. Por outro lado, as energias
16 e esforços que se dirigem a uma recompensa imediata são
enaltecidos pelos aventureiros; as energias que visam à
estabilidade, à paz, à segurança pessoal e os esforços sem
19 perspectiva de rápido proveito material passam, ao contrário,
por viciosos e desprezíveis para eles.

Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*, p. 44 (com adaptações).

Considerando os sentidos e as estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 1 Na linha 18, a conjunção “e” tem a função de acrescentar um termo à enumeração que se inicia com “estabilidade”.
- 2 Embora elimine do texto a idéia de possibilidade, a supressão do auxiliar, na locução “podem assinalar-se” (ℓ.1), mantém a coerência textual e a correção gramatical, desde que seja feita a flexão no verbo principal: **assinalam-se**.
- 3 Na linha 2, subentende-se, pelo desenvolvimento do texto, que o pronome **se** precede a forma verbal “regulem”, assim como precede a forma “combatem”.
- 4 Alteram-se as relações de sentido entre os termos sujeito e predicado da oração, mas preservam-se a coerência e a correção gramatical do texto ao empregar-se o verbo **encarnar** (ℓ.3) em sua forma não-reflexiva, desde que seja retirada a preposição **em** que rege o termo “tipos” (ℓ.4).
- 5 Pelo desenvolvimento textual, infere-se que a palavra “Já” (ℓ.4) está empregada como conjunção de valor adversativo.
- 6 Na argumentação do segundo parágrafo, a palavra “ética” (ℓ.8), nas duas ocorrências, está sendo empregada no seu sentido original de apreciação da conduta humana sob a perspectiva de uma determinada sociedade ou grupo.
- 7 Na linha 16, a inserção de duas vírgulas demarcando a oração subordinada “que se dirigem a uma recompensa imediata” preservaria a correção gramatical, mas atribuiria, necessariamente, à oração um sentido restritivo; o que contrariaria a argumentação do texto.

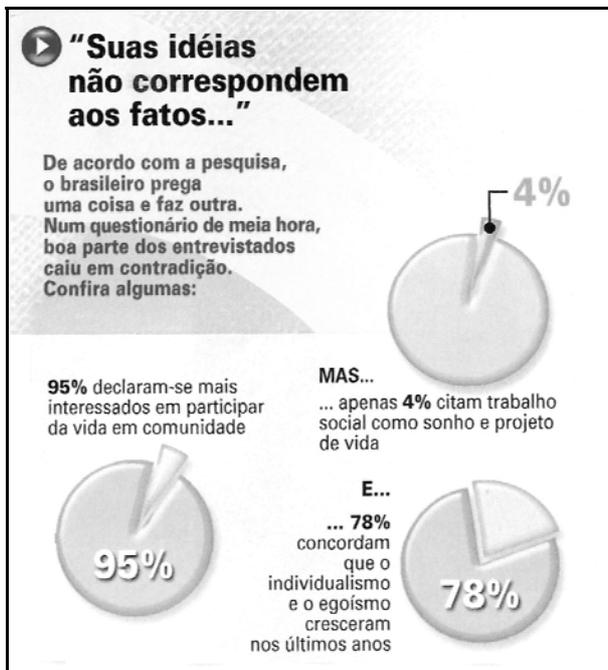
O umbigo nacional — pensando no coletivo, agindo no individual. Os brasileiros hoje.

1 O título, sintomático, batiza uma abrangente
pesquisa nacional que traz um diagnóstico não muito
positivo sobre o caráter e a personalidade do brasileiro. A
4 pesquisa identificou em que situações o tal jeitinho brasileiro
vem à tona. “Ele vive cada dia como se fosse único e, apesar
das convicções moralistas e politicamente corretas, acoberta
7 falhas dos amigos no trabalho.” Entre os aspectos abordados
— que vão da sexualidade à educação, passando por
cidadania e hábitos de consumo —, esse espírito
10 contraditório entre o *ser* e o *agir* parece ser o mais
expressivo.

Juliana Vilas e Marina Caruso. *Istoé*, “Capa”, 9/11/2005 (com adaptações).

Referentemente ao texto acima, julgue os itens subseqüentes.

- 8 O texto não poderia constituir parte de um relatório oficial visto que, nele, são desrespeitadas as normas de redação oficial quanto ao emprego de aspas e de pontuação, especificamente no que se refere ao uso de travessão acompanhado de vírgula (ℓ.9).
- 9 De acordo com a argumentação do texto, o diagnóstico “não muito positivo” (ℓ.2-3) justifica-se pela idéia, presente no título, de o brasileiro pensar no coletivo, mas agir no individual, bem como pela idéia do “espírito contraditório entre o *ser* e o *agir*” (ℓ.9-10).
- 10 Preservam-se a coerência da argumentação e o respeito às regras gramaticais ao se reescrever o trecho “em que situações o tal jeitinho” (ℓ.4) como **situações que o tal jeitinho**.
- 11 Ficam preservadas a correção gramatical e a coerência da argumentação do texto caso se substitua a forma verbal “acoberta” (ℓ.6) por um de seus possíveis sinônimos textuais, como, por exemplo, **corrige**.
- 12 Na linha 8, a expressão que sugere uma gradação, “vão da sexualidade à educação”, não é usada para estabelecer uma verdadeira gradação; ela constitui, apenas, recurso lingüístico para expressar uma enumeração.



Istoé, “capa”, 9/11/2005 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência, julgue os itens seguintes.

- 13 Se “trabalho social como sonho e projeto de vida” fosse a resposta não de 4%, mas de apenas 1% dos brasileiros, a forma verbal empregada na explicitação do gráfico (“citam”) deveria estar flexionada no singular para que as regras gramaticais fossem preservadas.
- 14 Um documento oficial que incluísse, como uma de suas partes, os dados dos gráficos acima representados respeitaria tanto a coerência das informações quanto as normas de redação oficial desde que assim fosse redigido: De acordo com a pesquisa, o brasileiro caiu em contradição ao, 95%, declararem-se mais interessados em participar da vida comunitária, ao passo que menos de 5% tem o trabalho social como projeto de vida. Desses 78% consideram que o individualismo cresceu nos últimos anos.
- 15 O emprego da forma singular do verbo, em “boa parte dos entrevistados caiu em contradição”, atende às regras gramaticais porque reflete a concordância ideológica permitida pela identificação entre “entrevistados” e “brasileiro”.

1 A condição de viajante do mundo globalizado é sentida por quem busca uma compreensão profunda de sua história, sua cultura e sua identidade. Em consequência das

4 diferenças raciais, econômicas, regionais e econômico-sociais, o brasileiro facilmente se sente um estrangeiro diante dos seus compatriotas, apesar dos laços de língua e de

7 reconhecimento mútuo que os unem. Ainda existem barreiras culturais, dificilmente superáveis, que desafiam as noções ideológicas de identidade e semelhança.

Karl Erik Scholhammer. *O olhar antropológico – ou o fim do exótico*, p. 273 (com adaptações).

Considerando as idéias e as estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 16 Depreende-se da argumentação do texto que as “noções ideológicas de identidade” (l.8-9) estão vinculadas à cultura e à história.
- 17 É coerente com a argumentação do texto e gramaticalmente correta a seguinte paráfrase do primeiro período sintático: Quem busca uma compreensão profunda de sua história, de sua cultura e de sua identidade sente-se na condição de viajante do mundo globalizado.
- 18 Apesar de o pronome possessivo “sua”, nas três ocorrências às linhas 2 e 3, gramaticalmente poder ser associado tanto a “viajante do mundo globalizado” (l.1) quanto apenas a “mundo globalizado” (l.1), o desenvolvimento do texto mostra que a associação correta a ser estabelecida é com a segunda alternativa.
- 19 Se a expressão “dos seus compatriotas” (l.6) fosse empregada no singular, a coerência do texto seria preservada; mas, para que fosse respeitada a correção gramatical, seria necessário empregar, também, no singular, o pronome “os” (l.7).
- 20 Pelo valor semântico que a oração iniciada por “Ainda existem” (l.7) tem na argumentação do texto, iniciá-la por uma conjunção como **Embora** preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.

Acerca da participação do governador do DF no processo legislativo, julgue os itens a seguir.

- 21** Os únicos tipos de proposição legislativa que são submetidos à sanção do governador do DF são os projetos de lei distrital ordinária e os projetos de lei distrital complementar.
- 22** O governador do DF pode editar medidas provisórias distritais, em caso de urgência e relevância, observadas as limitações materiais definidas na LODF.

Acerca da CLDF e dos deputados distritais, julgue os itens seguintes.

- 23** É permitido a deputados distritais o exercício de cargo de secretário de governo na administração do DF.
- 24** A presidência da CLDF deve ser exercida pelo deputado distrital que obteve, individualmente, o maior número de votos na eleição em que conquistou seu mandato.
- 25** Salvo disposição expressa em contrário, seja da Constituição Federal, seja da LODF, as deliberações da CLDF são tomadas por maioria simples.
- 26** Nas sessões ordinárias da CLDF, o pequeno expediente deve anteceder o tempo destinado à ordem do dia.
- 27** A Comissão de Constituição e Justiça da CLDF é composta por vinte membros efetivos e cinco suplentes.
- 28** As decisões do colégio de líderes são tomadas pela maioria absoluta dos membros que o compõem.

Considerando que Gustavo seja membro da CLDF e exerça a função de terceiro-secretário, julgue os próximos itens.

- 29** Se Gustavo mudar de partido, ele perderá seu cargo na Mesa Diretora, salvo se o seu novo partido for do mesmo bloco parlamentar do anterior.
- 30** Gustavo pode ser preso, em flagrante delito, pela prática de crime de tortura.

Julgue os itens que se seguem, com referência à Constituição Federal e aos direitos e garantias fundamentais.

- 31** Um dos mais relevantes direitos fundamentais assegurados pela Constituição da República é o da liberdade de locomoção, cuja proteção se faz, entre outros instrumentos, por meio do *habeas corpus*. Este pode ser impetrado por qualquer cidadão, mesmo que não seja advogado, pode ter caráter preventivo, isto é, pode servir para evitar lesão futura à liberdade de locomoção, e pode, ainda, atacar atos judiciais ilegais, até mesmo depois de transitarem em julgado.
- 32** Adotando-se a nomenclatura utilizada por Alexandre de Moraes, é correto afirmar que a Constituição brasileira é escrita quanto à forma, dogmática quanto ao modo de elaboração, promulgada quanto à origem, rígida quanto à estabilidade e analítica quanto à extensão.

No que respeita à organização do Estado e ao Poder Legislativo, julgue os itens a seguir.

- 33** As comissões parlamentares de inquérito (CPI), constituídas no Poder Legislativo, têm poderes de investigação análogos aos das autoridades judiciárias, mas, em relação à prisão, só podem decretá-la no caso de flagrante delito. Essas comissões podem, por outro lado, decretar medidas como a interceptação das comunicações telefônicas e buscas e apreensões; entretanto, para que essas medidas sejam válidas, esses atos devem ser fundamentados pelos componentes da CPI.
- 34** Não obstante o princípio federativo, o tratamento dos membros do Poder Legislativo, nas três esferas do poder político, não é rigorosamente análogo, de modo que eles não possuem as mesmas imunidades do ponto de vista formal e material.

Julgue os itens a seguir, no que se refere à tributação e às finanças públicas.

- 35** Devido à necessidade da lei orçamentária para o funcionamento da administração pública, o projeto dessa lei não pode ser vetado pelo presidente da República, a não ser nos casos de veto parcial, por inconstitucionalidade expressa.
- 36** A contribuição de melhoria é espécie de tributo que pode incidir quando, em razão de obra pública, houver valorização de imóvel particular; sua base de cálculo não deverá ser o valor integral do imóvel, mas a valorização que ele sofrer.
- 37** O princípio da anterioridade tributária significa que nenhum tributo pode ser instituído ou majorado no mesmo exercício em que venha a ser cobrado pelo fisco; a razão desse princípio deriva da necessidade de que as receitas tributárias decorrentes dessa cobrança estejam previstas na lei orçamentária, a fim de se ordenarem a receita e a despesa do poder público.

No que diz respeito à LODF e à organização do DF, julgue os itens seguintes.

- 38** O governador do DF está sujeito a processo por crime de responsabilidade perante a CLDF, o qual pode ser instaurado por iniciativa de qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical; em se tratando de processo por delito comum, o governador deverá ser afastado do exercício das funções de seu cargo se a denúncia ofertada pelo Ministério Público for recebida pelo STJ, mas, caso o julgamento da acusação não ocorra no prazo de 180 dias, o afastamento cessará.
- 39** Nos termos expressos da LODF, constituem objetivos prioritários do DF construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- 40** Considere a seguinte situação hipotética.
Um cidadão era servidor público do DF e já preenchia as condições para obter aposentadoria. Veio a ser nomeado para exercer o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do DF e efetivamente entrou em exercício no órgão. Pouco mais de um ano após a posse e o exercício nas funções do cargo, requereu aposentadoria.
Nessa situação, considerando-se o direito adquirido do interessado, ele poderia ser aposentado com as vantagens e direitos do cargo de conselheiro.

Julgue os itens que se seguem, quanto aos atos administrativos, ao controle da administração pública, aos contratos administrativos e aos agentes administrativos.

- 41** Em face da exigência constitucional de concurso público para o preenchimento de cargos e empregos públicos — ressalvado, apenas, o exercício de funções de confiança —, não é juridicamente admissível a utilização de processos seletivos simplificados para o acesso de particulares ao serviço público.
- 42** O desaparecimento do ato administrativo não ocorre apenas por anulação e revogação, mas igualmente por outras causas, como o cumprimento de seu objeto e outras hipóteses de retirada do ato, a exemplo da caducidade e da cassação; esta última consiste na situação que ocorre quando o interessado deixa de cumprir condição necessária à permanência do ato.
- 43** Os recursos administrativos não admitem efeito suspensivo.
- 44** Por força das normas financeiras aplicáveis ao poder público, não é permitida a celebração de contrato administrativo cuja duração exceda a do exercício financeiro, até porque os créditos orçamentários não podem suplantar a duração do ano civil.

Acerca dos poderes da administração, dos princípios básicos da administração e dos serviços públicos, julgue os itens abaixo.

- 45** Nos serviços públicos, a titularidade do serviço não precisa ter identidade com a titularidade da prestação do serviço, razão pela qual é juridicamente possível que esta se encontre a cargo de entes que não integrem a estrutura orgânica do Estado.
- 46** Ainda que a comissão responsável por um processo administrativo disciplinar recomende a demissão de um servidor, por ter sido constatado o cometimento de falta grave, a autoridade competente pode deixar de aplicar essa pena, com base em avaliação discricionária do caso concreto.
- 47** Com a nova ordem constitucional, pacificou-se na doutrina que, por força do princípio da responsabilidade do Estado, este poderá ser condenado a indenizar o dano a que seus agentes derem causa, tanto por ação quanto por omissão, independentemente de dolo ou culpa.

Julgue os itens a seguir, em relação à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 8.666/1993), à Lei n.º 8.112/1990, da União, na forma consolidada pelo Decreto Legislativo n.º 1.094/2004, e à Lei de Permissões e Concessões.

- 48** De acordo com a legislação em vigor, a licitação a realizar-se para a outorga da concessão de serviço público deve, necessariamente, ocorrer na modalidade de concorrência.
- 49** São requisitos indispensáveis para a instauração válida de qualquer licitação: existência de projeto básico que guie a execução do objeto do futuro contrato; exigência de recursos orçamentários que assegurem o pagamento do contratado; e registro da compatibilidade entre o objeto da licitação e o plano plurianual.
- 50** Nos termos do Decreto Legislativo n.º 1.094/2004, que consolidou a aplicação, no DF, da Lei n.º 8.112/1990, da União, um servidor que se recuse a submeter-se a inspeção médica determinada pela autoridade competente estará sujeito à pena de suspensão de até 15 dias; se, contudo, durante o cumprimento da penalidade, ele aceitar realizar a inspeção, a suspensão deverá ter seus efeitos interrompidos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Texto para os itens de 51 a 55.

Dificuldades para a democracia no Brasil

1 Periodicamente os brasileiros afirmam que vivemos
em uma democracia, depois de concluída uma fase de
autoritarismo. Por democracia entendem a existência de
4 eleições, de partidos políticos e da divisão republicana dos
três poderes, além da liberdade de pensamento e de
expressão. Por autoritarismo entendem um regime de
7 governo em que o Estado é ocupado por meio de um golpe
(em geral militar ou com apoio militar), não há eleições nem
partidos políticos, o Poder Executivo domina o Legislativo
10 e o Judiciário, há censura do pensamento e da expressão,
além de prisão (por vezes com tortura e morte) dos inimigos
políticos. Em suma, democracia e autoritarismo são vistos
13 como algo que se realiza na esfera do Estado e este é
identificado com o modo de governo.

O autoritarismo social e as desigualdades
16 econômicas fazem que a sociedade brasileira esteja
polarizada entre as carências das camadas populares e os
interesses das classes abastadas e dominantes, sem conseguir
19 ultrapassar carências e interesses e alcançar a esfera dos
direitos. Os interesses, porque não se transformam em
direitos, tornam-se privilégios de alguns, de sorte que a
22 polarização social se efetua entre os despossuídos (os
carentes) e os privilegiados. Estes, porque são portadores dos
conhecimentos técnicos e científicos, são os “competentes”,
25 cabendo-lhes a direção da sociedade.

Uma carência é sempre específica, sem conseguir
generalizar-se em um interesse comum nem universalizar-se
28 em um direito. Um privilégio, por definição, é sempre
particular, não podendo generalizar-se em um interesse
comum nem universalizar-se em um direito, pois, se tal
31 ocorresse, deixaria de ser privilégio. Ora, a democracia é
criação e garantia de direitos. Nossa sociedade, polarizada
entre a carência e o privilégio, não consegue ser democrática,
34 pois não encontra meios para isso.

Marilena Chaui. *Convite à filosofia*. 13.ª ed. São
Paulo: Ática, 2003, p. 408 (com adaptações).

Considere-se o seguinte trecho do texto **Dificuldades para a democracia no Brasil**.

“Por autoritarismo entendem um regime de governo em que o Estado é ocupado por meio de um golpe (em geral militar ou com apoio militar), não há eleições nem partidos políticos, o Poder Executivo domina o Legislativo e o Judiciário, há censura do pensamento e da expressão, além de prisão (por vezes com tortura e morte) dos inimigos políticos.” (l.6-12)

Julgue os itens a seguir, referentes às estruturas lingüísticas e aos elementos semânticos presentes nesse trecho.

- 51 O complemento verbal “um regime de governo” expande-se em uma seqüência de orações adjetivas restritivas justapostas, sem o emprego de conector oracional explícito.
- 52 “Por autoritarismo entendem” é uma estrutura lingüística que foi usada por paralelismo com estrutura anterior e que poderia, em uma redação mais simples e também adequada ao contexto, ser reescrita como **Os brasileiros entendem autoritarismo como sendo o seguinte:**.
- 53 A inserção dos dois trechos entre parênteses resulta na elucidação do sentido dos vocábulos “golpe” e “prisão”, respectivamente.

Com referência à análise e à interpretação do texto **Dificuldades para a democracia no Brasil** e às estratégias de elaboração utilizadas pela autora, julgue os itens seguintes.

- 54 No segundo parágrafo, a autora demonstra que a idéia dos brasileiros de que se vive em uma democracia é uma falácia porque, no conceito popular de autoritarismo, não se inclui o caráter social da questão.
- 55 No primeiro parágrafo, que é argumentativo, a autora inclui-se entre os brasileiros, ao aceitar a idéia de que, concluída uma fase de autoritarismo, vive-se em uma democracia.

1 Sairei deste encontro fortalecido na minha
convicção de que não se mede a grandeza de um país
unicamente pelo nível de renda *per capita*, nem pelo PNB.
4 Mas, sobretudo, pela capacidade de preservar suas raízes, de
conter a variedade dentro da unidade, de atender com justiça
aos diferentes grupos que constituem.

7 Estou chegando ao fim e, nesta altura, de acordo
com a praxe, deveria exortá-los ao cumprimento do dever,
por meio de algumas frases de efeito. Mas não farei isso,
10 porque o espírito crítico do mineiro simplesmente detesta os
floreios da oratória. E mais ainda: o óbvio proclamado em
tom solene. Falar em dever seria insistir no óbvio. Por isso,
13 direi apenas o seguinte: formandos, jornalistas profissionais,
você estão na posse de conhecimentos e técnicas de
extraordinária importância no mundo moderno. Empreguem
16 esse conhecimento da melhor maneira possível, livremente,
corretamente, em favor do próximo, em benefício da
coletividade, em proveito do povo e da nação a que
19 pertencemos.

Isso é tudo que nós, mais velhos, esperamos de
você. Muito obrigado!

Trecho do discurso de Orlando Villas-Boas, proferido na UFMG, em 1972. 100 discursos
históricos. Carlos Figueiredo (Org.). Belo Horizonte: Leitura, 2003, p. 399-400.

Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 56 Nas linhas de 10 a 12, o autor reforça sua identidade com o auditório, recurso comumente usado em discursos, por meio de elogio ao espírito crítico do mineiro.
- 57 A noção de argumentação refere-se ao conjunto dos procedimentos lingüísticos mediante os quais o orador é capaz de persuadir ou convencer o seu público. Com base nessa afirmação, conclui-se que o autor não exorta o interlocutor ao cumprimento do dever porque considera certa sua adesão.
- 58 Nas linhas de 7 a 9, ao afirmar “Estou chegando ao fim e, nesta altura, de acordo com a praxe, deveria exortá-los ao cumprimento do dever, por meio de algumas frases de efeito”, o autor refere-se à estrutura do discurso argumentativo, cuja conclusão deve apresentar o argumento de maior efeito persuasivo.
- 59 De acordo com as regras da norma culta, o complemento nominal integra ou limita o sentido de um substantivo, adjetivo ou advérbio por meio de uma preposição. No primeiro parágrafo do texto, há 4 orações completivas nominais.
- 60 Nas linhas 9 e 12, o pronome demonstrativo “isso” é um elemento catafórico com distintos referentes textuais.

Meu programa está na minha vida

1 Creio na Liberdade onipotente, criadora das nações
robustas; creio na lei, a primeira das suas necessidades; creio
que, neste regímen, soberano é só o direito, interpretado
4 pelos tribunais; creio que a República decai, porque se
deixou atrasar, confiando-se às usurpações da força; creio
que a federação perecerá, se continuar a não acatar a justiça;
7 creio no governo do povo pelo povo; creio, porém, que o
governo popular tem a base da sua legitimidade na cultura da
inteligência nacional pelo desenvolvimento nacional do
10 ensino, para o qual as maiores liberalidades do erário
constituirão sempre o mais reprodutivo emprego da riqueza
comum; creio na tribuna sem fúrias e na imprensa sem
13 restrições, porque acredito no poder da razão e da verdade;
creio na moderação e na tolerância, no progresso e na
tradição, no respeito e na disciplina, na impotência fatal dos
16 incompetentes e no valor insuperável das capacidades.

Rejeito as doutrinas de arbítrio. Abomino as
ditaduras de todo o gênero, militares ou científicas, coroadas
19 ou populares. Detesto os estados de sítio, as suspensões de
garantias, as razões de Estado, as leis de salvação pública.
Odeio as combinações hipócritas do absolutismo,
22 dissimulado sob as formas democráticas e republicanas.
Oponho-me aos governos de seita, aos governos de facção,
aos governos de ignorância. Bem o sabeis: essas são as
25 minhas crenças, os meus ódios são esses.

Trecho de discurso de Rui Barbosa. 100 discursos históricos brasileiros. Op. Cit., p. 249.

Considerando o texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 61 Infere-se das frases “creio que a República decai” (l.4) e “creio na tribuna sem fúrias e na imprensa sem restrições” (l.12-13) que o autor é favorável à revolução civil.
- 62 Para realçar idéias e imprimir ritmo ao discurso, o autor lança mão, em todo o texto, do recurso oratório da repetição: emprega sempre o mesmo verbo em início de oração.
- 63 Nas linhas 2 e 8, os pronomes possessivos de terceira pessoa referem-se a “lei” e “governo popular”.
- 64 O pronome reflexivo de terceira pessoa apresenta três formas: se, si, consigo. No texto, nas linhas de 4 a 6, observa-se que o autor usa duas vezes a forma reflexiva “se”.
- 65 A alteração da ordem direta de colocação de elementos lingüísticos na frase constitui um recurso eficaz para realçar idéias. Na linha 25, o autor, para dar ênfase à conclusão do discurso, altera a ordem direta dos elementos lingüísticos em: “os meus ódios são esses”.
- 66 É correto afirmar que o autor se utiliza do método indutivo para construir sua argumentação e validar suas declarações.

Texto para os itens de 67 a 71.

1 Brasileiros, neste momento, alto na História,
orgulhamo-nos de pertencer a um povo que não se abate, que
sabe afastar o medo e não aceita acolher o ódio. A nação
4 inteira comunga deste ato de esperança. Reencontramos,
depois de ilusões perdidas e pesados sacrifícios, o bom e
velho caminho democrático.

7 Não há Pátria onde falta democracia. A Pátria não
é a mera organização dos homens em Estados, mas
sentimento e consciência, em cada um deles, de que
10 pertencem ao corpo e ao espírito da Nação. Sentimento e
consciência da intransferível responsabilidade por sua coesão
e seu destino.

13 A Pátria é escolha, feita na razão e na liberdade.
Não basta a circunstância do nascimento para criar esta
profunda ligação entre o indivíduo e sua comunidade. Não
16 teremos a Pátria que Deus nos destinou enquanto não formos
capazes de fazer de cada brasileiro um cidadão, com plena
consciência dessa dignidade.

19 Assim sendo, a Pátria não é o passado, mas o futuro
que construímos com o presente; não é a aposentadoria dos
heróis, mas tarefa a cumprir; é a promoção da justiça, e a
22 justiça se promove com liberdade.

Na vida das Nações, todos os dias são dias de
história, e todos os dias são difíceis. A paz é sempre esquiva
25 conquista da razão política. É para mantê-la, em sua perene
precariedade, que o homem criou as instituições de Estado,
e luta constantemente para aprimorá-las.

28 Não há desânimo nessa condição essencial do
homem. Por mais pesadas que sejam as sombras totalitárias
ou mais desatadas as paixões anárquicas, o instinto da
31 liberdade e o apego à ordem justa trabalham para estabelecer
o equilíbrio social.

No conceito que fazemos do Estado democrático, há
34 saudável contradição: quanto mais democrática for uma
sociedade, mais frágil será o Estado. Seu poder de coação só
se entende no cumprimento da lei. Quanto mais fraterna for
37 a sociedade, menor será a presença do Estado.

Trecho do discurso de Tancredo Neves, após sua eleição, em
15/1/1985. 100 discursos históricos brasileiros. *Op. cit.*, p. 449-50.

A partir do texto acima, julgue os próximos itens.

- 67 Os pronomes clíticos “la” (ℓ.25) e “las” (ℓ.27) são elementos anafóricos que se referem a “A paz” (ℓ.24) e “as instituições de Estado”(ℓ.26), respectivamente.
- 68 No trecho “que não (...) o ódio” (ℓ.2-3), há duas orações adjetivas restritivas e uma oração adjetiva explicativa.
- 69 Pelo uso do discurso na primeira pessoa do plural, recurso lingüístico comumente usado em discursos para conferir distanciamento entre autor e interlocutor, o autor do texto evita emitir suas próprias opiniões e impressões a respeito da situação política do país.

Ainda com relação ao texto — trecho do discurso de Tancredo Neves —, julgue os itens a seguir.

70 No último parágrafo do fragmento apresentado, o autor emprega orações subordinadas adverbiais proporcionais para estabelecer a relação entre sociedade e Estado.

71 O autor apresenta um falso raciocínio no intuito de persuadir o leitor: ao afirmar que “Não há Pátria onde falta democracia” (ℓ.7), usa uma petição de princípio, ou seja, uma falácia de raciocínio em que a própria declaração se apresenta como prova, assumindo como verdadeiro o que está em discussão.

Texto para os itens de 72 a 84.

A pátria

1 A pátria não é ninguém, são todos; e cada qual tem
no seio dela o mesmo direito à idéia, à palavra, à associação.
A pátria não é um sistema, nem uma seita, nem um
4 monopólio, nem uma forma de governo: é o céu, o solo, o
povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o
túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da
7 liberdade. Os que a servem são os que não invejam, os que
não infamam, os que não conspiram, os que não sublevam,
os que não delatam, os que não emudecem, os que não se
10 acobardam, mas resistem, mas se esforçam, mas pacificam,
mas discutem, mas praticam a justiça, a admiração, o
entusiasmo. Porque todos os sentimentos grandes são
13 benignos, e residem originariamente no amor. (...)

Povo brasileiro! Reclamai, e vos escutarão; exigi, e
tereis; ordenai, e sereis obedecido; sabeis querer, e tudo vos
16 cederá.

Uma nação não se deve recear senão da sua própria
inconsciência, da sua própria relaxação, da sua própria
19 cobardia. Não corrais, como as crianças, de carochas, de
cucas, de almas do outro mundo. Sois o povo. Sois a nação.
Sois o Brasil. Ante a vossa vontade, ante a vossa autoridade,
22 ante a vossa majestade, mandões, facções, minhocões não
valem nada. Soprai, e vereis como rebentam as bolhas de
sabão.

Rui Barbosa. *In: A vida dos grandes brasileiros*. D. Alzugaray e C. Alzugaray (Ed.).
São Paulo: Grupo de Comunicação Três S.A., 2003, p. 267 e 276 (Excerto).

Julgue os itens subseqüentes, relativos às estruturas morfossintáticas, semânticas e discursivas do texto acima.

72 O texto se beneficiaria com a substituição de “no seio dela” (ℓ.2) por **no seu seio**, porque o pronome **seu**, além de preservar a clareza e a correção gramatical, tem melhor aceitação na língua escrita culta.

73 O emprego reiterado de pronomes indefinidos no primeiro período do texto demonstra que, por definição, essa classe de palavras torna o texto obscuro, ambíguo.

Ainda com relação às estruturas morfossintáticas, semânticas e discursivas do texto **A pátria**, julgue os itens que se seguem..

- 74 Nas linhas 21 e 22, a substituição da preposição “ante” pela preposição **diante** manteria a correção gramatical e as relações semânticas do texto original.
- 75 A mudança de número de plural para singular em “Os” (ℓ.7) deflagraria, em série, a mesma mudança em todos os elementos do período.
- 76 Caso se tome como premissa maior a frase “todos os sentimentos grandes são benignos” (ℓ.12-13), pode-se construir um silogismo usando na premissa menor um sentimento grande que seja negativo e chegar à conclusão de que, com essa frase, o autor faz no texto um raciocínio correto com um dado falso.
- 77 Se, por hipótese, o tratamento dado ao interlocutor no texto fosse **você**, as linhas de 14 a 16 teriam a seguinte redação: Povo brasileiro! Reclame, e lhe escutarão; exija, e terá; ordena, e será obedecido; saiba querer, e tudo lhe cederá.
- 78 Destaca-se como recurso de oratória, no primeiro parágrafo, o emprego de coordenação de termos e de orações.
- 79 Nas linhas 14 e 15, a conjunção “e” não exerce apenas a função de conector: funciona como um marcador argumentativo em função semântica ambígua.
- 80 A retirada de todas as vírgulas nas linhas 14 e 15 redundaria em erro de pontuação.
- 81 Na linha 23, “como” é empregado para encaixar, na oração principal, uma subordinada complemento do verbo **ver**.
- 82 O último período do texto contém uma metáfora.
- 83 O vocativo é o termo da oração que serve para interpelar, nomear ou chamar a pessoa, o animal ou coisa personificada. Comumente usado em discursos, observa-se seu emprego no texto na linha 14.
- 84 Polissíndeto, ou seja, a repetição intencional do conectivo entre elementos coordenados, é um recurso de que se vale o autor para sugerir movimento ou sucessão de ações. Nas linhas 10 e 11, pode-se observar o uso desse recurso estilístico no emprego da conjunção coordenativa adversativa “mas”.

1 Em conversa com Céfalo, este já em sua velhice, Sócrates lhe pergunta qual o proveito que tirava do fato de possuir grande fortuna, recebida por herança. No diálogo a seguir, temos parte do raciocínio desenvolvido por Céfalo para chegar à resposta.

4 **Céfalo** — (...) tenho as riquezas em grande apreço, não para todos, mas somente para aqueles homens moderados e cautelosos. Jamais enganar alguém ou mentir, ainda que inadvertidamente, nem ser devedor, quer de sacrifícios aos deuses, quer de dinheiro a uma pessoa, e depois falecer sem nada receber. Para isso, a riqueza é de grande serventia. Existem várias outras vantagens. Porém, mais do que tudo, ó Sócrates, é por causa desta finalidade que eu considero a riqueza utilíssima para o homem judicioso.

10 **Sócrates** — As tuas são palavras maravilhosas, ó Céfalo. Mas essa virtude de justiça resume-se em proferir a verdade e em restituir o que se tomou de alguém, ou podemos dizer que às vezes é correto e outras vezes incorreto fazer tais coisas? Vê este exemplo: se alguém, em perfeito juízo, entregasse armas a um amigo, e depois, havendo se tomado insano, as exigisse de volta; todos julgariam que o amigo não lhe as deveria restituir, nem mesmo concordariam em dizer toda a verdade a um homem enlouquecido.

Céfalo – Estou de acordo.

Platão. **A República**. São Paulo: Nova Cultural, 2004, p. 9 (Excerto).

Julgue os itens subseqüentes quanto aos elementos estruturais e semântico-argumentativos do texto acima.

- 85 No trecho “nem ser devedor, quer de sacrifícios aos deuses, quer de dinheiro” (ℓ.7-8), o par correlato de alternância “quer (...) quer” enfatiza dois costumes que se alteraram, com o passar do tempo, em nossa cultura.
- 86 As virtudes resumidas por Sócrates com “proferir a verdade” (ℓ.14) e “restituir o que se tomou de alguém” (ℓ.14-15) referem-se, *grosso modo*, às palavras de Céfalo, respectivamente, “Jamais enganar alguém ou mentir, ainda que inadvertidamente” (ℓ.6-7) e “nem ser devedor, quer de sacrifícios aos deuses, quer de dinheiro a uma pessoa” (ℓ.7-9).
- 87 Na frase “Para isso, a riqueza é de grande serventia” (ℓ.9-10), o pronome demonstrativo refere-se ao que está dito no período imediatamente anterior.
- 88 No par asserção/razão a seguir, a asserção é correta e a razão, segundo o raciocínio de Sócrates, efetivamente a justifica.
Asserção: As palavras mencionadas em “As tuas são palavras maravilhosas, ó Céfalo”, são resumidas por Sócrates como “proferir a verdade” e “restituir o que se tomou de alguém”.
Razão: Sócrates as julga “maravilhosas” porque, para ele, representam a “virtude da justiça”.
- 89 Sócrates seria mais claro e objetivo se, à pergunta retórica entre as linhas 13 e 16, acrescentasse, em vez da pequena história que contou, apenas a resposta correta, exigida pelo contexto:
Evidentemente, às vezes, é incorreto.
- 90 Na fala de Sócrates, a forma de presente do indicativo do verbo, em “Vê este exemplo” (ℓ.16) indica mudança de tratamento de **tu** para **você**, própria do uso coloquial da linguagem.

Texto para os itens de 91 a 100.

1 Ah, mas falo falso. O senhor sente? Desmente? Eu
desminto. Contar é muito, muito difícil. Não pelos anos
que se já passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas
4 passadas — de fazer balancê, de se remexerem dos lugares.
O que eu falei foi exato? Foi. Mas teria sido? Agora, acho
que nem não. São tantas horas de pessoas, tantas coisas em
7 tantos tempos, tudo miúdo recruzado. Se eu fosse filho de
mais ação, e menos idéia, isso sim, tinha escapulado, calado,
no estar da noite, varava dez léguas, madrugava, me escondia
10 do largo do sol, varava mais dez, passava o São Felipe, as
serras, as Vinte-e-Uma-Lagoas, encostava no São Francisco
bem de frente da Januária, passava, chegava em terra cidadã,
13 estava no pique. Ou me pegassem no caminho, bebelos ou
hermógenes, me matassem? Morria com um bé de carneiro
ou um áu de cão; mas tinha sido um mais destino e uma mór
16 coragem. Não valia? Não fiz. Quem sabe nem pensei sério
em Diadorim, ou, pensei algum, foi em vezo de desculpa.
Desculpa para meu preceito, mesmo. Quanto pior mais baixo
19 se caiu, maismente um carece próprio de se respeitar. De
mim, toda mentira aceito. O senhor não é igual? Nós todos.
Mas eu fui sempre um fugidor. Ao que fugi até da precisão
22 de fuga.

João Guimarães Rosa. *Grande sertão: veredas*.
Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 200.

Julgue os itens a seguir, relativos à linguagem, à análise e interpretação do texto acima e ao emprego das classes de palavras, acentuação gráfica e pontuação.

- 91 Nas linhas 14 e 15, o autor emprega um recurso sonoro, onomatopéia, comumente usado em poesias, para reproduzir sons do mundo natural. Sugere, dessa forma, o ruído de animais.
- 92 Guimarães Rosa inova no emprego dos vocábulos, mas, no que se refere à acentuação gráfica, segue as regras gramaticais.
- 93 A matéria da narração é o fato, real ou fictício. No texto, observa-se que o narrador, ao relatar o fato, faz uso de várias perguntas diretas. Pode-se afirmar que o emprego dessas perguntas é um recurso estilístico que confere ao texto um tom interativo.
- 94 Infere-se da frase “Se eu fosse filho de mais ação, e menos idéia, isso sim, tinha escapulado” (l.7-8) que o autor, de modo figurado, refere-se ao seu pai como uma pessoa que mais pensa do que age.
- 95 Na linha 8, o uso do mais-que-perfeito composto do indicativo em “tinha escapulado” conduz à interpretação de que a ação verbal ocorreu em um passado remoto, contudo se manteve inacabada.
- 96 A correção gramatical, as relações de sentido e a coesão textual seriam mantidas se, no trecho “tinha escapulado (...) estava no pique” (l.8-13), todas as orações explicitassem o pronome pessoal “eu”.
- 97 No trecho “Ou me pegassem no caminho, bebelos ou hermógenes, me matassem?” (l.13-14), o verbo **pegar** está no imperfeito do subjuntivo, “pegassem”, como recurso lingüístico para expressar, na ausência de articulador sintático, uma relação de condição.

Ainda com relação à linguagem, à análise e interpretação do texto de Guimarães Rosa e ao emprego das classes de palavras gráficas e pontuação, responda os itens seguintes.

- 98 Deduz-se, da leitura do texto, que o narrador, apesar de se considerar um fugidor, fugiu em momento errado, o que justifica as críticas que lança a si mesmo no decorrer do texto e o julgamento impiedoso que faz ao dizer: “Ao que fugi até da precisão de fuga” (l.21-22).
- 99 No trecho “Morria com um bé de carneiro ou um áu de cão” (l.14-15), quatro vocábulos foram empregados como substantivos.
- 100 O emprego do neologismo “bebelos” (l.13) constitui um recurso estilístico de expressividade e ritmo, bem como a rima de “sente” com “Desmente” (l.1).

A ética, ou filosofia moral, tem sido uma das grandes preocupações dos filósofos de todos os tempos. O comportamento segundo uma moral é um dos pilares sobre o qual se sustentam as mais diversas sociedades. Com relação à filosofia moral, julgue os itens a seguir.

- 101 Na filosofia, a ética nunca se desvinculou da religião, pois é o pensamento religioso, afinal, que fornece os valores pelos quais as ações podem ser referidas de maneira absoluta.
- 102 Segundo a ética da temperança, proposta por Aristóteles, os extremos devem ser evitados.
- 103 Kant defende, na obra **Crítica da Razão Prática**, uma ética utilitarista, segundo a qual as ações morais devem ser julgadas a partir dos efeitos que produzem.
- 104 Na ética de Kant, o imperativo categórico restringe a liberdade, ao caracterizar o comportamento moral adequado como aquele passível de universalização.
- 105 A ética utilitarista opõe-se à ética baseada em princípios racionais independentes do contexto.

A filosofia política é uma área que se relaciona com diversos outros campos de conhecimento, como a filosofia moral, a economia, a história, entre outros. A respeito desse assunto, julgue os itens subseqüentes.

- 106 Em seu livro **A República**, Platão defende que, para se atingir uma sociedade justa e democrática, cada membro dessa sociedade deve ocupar uma posição condizente com o seu desejo.
- 107 A filosofia política marxista é fortemente baseada em uma análise histórico-econômica do desenvolvimento das sociedades, fundamentando-se em conceitos como o da mais valia ou do materialismo dialético.
- 108 Segundo Foucault, a partir do século XIX, as sociedades ocidentais passaram a basear-se em mecanismos de vigilância e punição, cuja fonte se constituiria a partir das instituições sociais, como, por exemplo, os manicômios e as prisões.
- 109 Na obra **O Príncipe**, Maquiavel defende a necessidade de um exército nacional, considera engano uma cidade não armada confiar em outros Estados e sustenta a necessidade de se considerarem inimigos todos aqueles que tenham a expectativa de tomar o Estado do príncipe desarmado.
- 110 Segundo a noção de bom selvagem, desenvolvida por Jean-Jacques Rousseau, o ser humano é uma tábula rasa, não nascendo nem bom, nem mau, cabendo ao Estado constituí-lo a partir de uma educação adequada.

Nova intifada?

A guerra no Iraque reforçou a *lógica*, entre radicais islâmicos, de que chegou a hora do combate total ao Ocidente. Foi a trilha percorrida por especialistas europeus e norte-americanos em segurança, em sucessivas reuniões em Londres, depois dos atentados na capital inglesa. As reflexões e análises, a partir do que aconteceu em Londres e Madri, resultaram nessa conclusão. Agora se pergunta se os violentos distúrbios em periferias das maiores cidades da França, com moradores de predominância muçulmana, podem ser considerados novos elementos de uma mesma guerra. A palavra intifada foi ouvida nos subúrbios de Paris.

Seria o tão falado quanto questionado “choque entre civilizações”? Nas sucessivas reuniões de especialistas em Londres, depois dos atentados brutais, houve divergências sobre como teriam de ser as reações da “civilização ocidental”. Europeus descartaram soluções militares, estilo Iraque, sempre uma referência inevitável. Na linha da frente, devem atuar agentes de inteligência e não tropas do Pentágono e afins, como no Iraque. Para os *ihadistas*, o Iraque seria o modelo, a inspiração, o palco central, mas não a fonte de recursos ou quartel-general de operações com ambição de espalhar-se pelo mundo. A suposição é de que se trate de malha que se esgarça e opera de modo compartimentado, embora existam células que se comunicam entre si.

Newton Carlos. *Correio Braziliense*, 22/11/2005, p. 19 (com adaptações).

Julgue os itens subseqüentes, referentes às idéias do texto.

- 111 A sociedade brasileira tem preferido encaminhar aos dirigentes do Estado demandas que, no âmbito dos interesses internacionais, oscilam na mesma proporção entre o campo da segurança internacional e o das políticas de fomento ao desenvolvimento.
- 112 A percepção dominante entre os estrategistas europeus e norte-americanos vem sendo a de que há uma correlação de causalidade entre as conseqüências da Guerra do Iraque e o grau de radicalização verificado nas ações terroristas mais recentes, como os atentados a Madri e Londres.
- 113 A intifada generalizou-se como argumento geral das ações radicais islâmicas, tal como se verificou nos eventos violentos que marcaram as primeiras semanas de novembro de 2006 nas periferias de Paris.
- 114 Tanto para o período que antecede imediatamente à Guerra do Iraque quanto para o período atual, constata-se que aquele país foi e continua sendo o centro da formação intelectual e logística do terrorismo internacional de matriz islâmica.
- 115 As divergências táticas e estratégicas entre grande parte dos governos e sociedades européias e o governo norte-americano, no que concerne à crise iraquiana, evidenciam leituras conceituais também diferenciadas em relação às formas de ação política, mesmo que comunguem da idéia de que está em curso um certo “choque entre civilizações”.

Que maior trabalho ou perigo pode sobrevir a uma república, que ver-se cercada e combatida por todas as partes de poderosíssimos inimigos, só e desamparada, e sem amigo nem aliado que a socorra?

Padre Antônio Vieira. *História do futuro*. Brasília: Editora UnB, 2005, p. 56 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens subseqüentes, relativos à teoria política bem como à história e à atualidade política brasileira.

- 116 O DF, ente da Federação brasileira semelhante aos estados, preserva capacidade autônoma de realizar ações no campo internacional, como a de conduzir sua própria política externa.
- 117 Padre Antônio Vieira, jesuíta com sólida formação filosófica, ao escrever sua obra sobre o futuro, em pleno século XVIII, projetou o devir histórico, não para prever o futuro, mas para sublinhar que o futuro é construído coletivamente.
- 118 A formação do Estado moderno no Ocidente se fez por meio da superação das formas absolutistas em favor de regimes de corte republicano, da extinção dos resquícios aristocráticos e monarquistas anteriores e da consolidação da teoria democrática liberal-republicana da separação dos poderes.
- 119 No Brasil contemporâneo, os instrumentos de controle público sobre o Estado republicano têm inibido, apenas parcialmente, a formação e a ramificação dos “poderosíssimos inimigos” internos da República, como citou o Padre Antônio Vieira.
- 120 No Brasil, os diferentes regimes políticos que se sucederam na evolução republicana, dos anos 30 aos dias atuais, tiveram baixo impacto nas modificações conceituais e ênfases práticas observadas na política externa brasileira.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.
- Na folha de **texto definitivo**, identifique-se apenas na primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

O Projeto de Lei n.º 9/2000 dá nova redação ao artigo 36 da LDB, que prevê que todas as escolas de ensino médio no Brasil devem assegurar a seus educandos o direito de adquirir conhecimentos de filosofia e sociologia. Fazer com que nossa juventude reflita sobre temas tão importantes como a ética, a política, a moral, os costumes, a razão por que existem pobres e ricos é algo que não deve ficar restrito a uma minoria de iluminados. Na Idade Média, o saber só poderia ser apropriado por filhos dos nobres e ainda assim isso ocorria apenas em mosteiros e abadias.

Lejeune M. G. Xavier de Carvalho. **Ignorância no atacado**. In: **Época**, 6/8/2001, p. 122 (com adaptações).

O homem teme o pensamento como nada mais sobre a terra, mais que a ruína e mesmo mais que a morte. O pensamento é subversivo e revolucionário, destrutivo e terrível; o pensamento é impiedoso com os privilégios, com instituições estabelecidas e com hábitos confortáveis. O pensamento é grande, ágil e livre, é a luz do mundo e a verdadeira glória do homem. Mas se for para fazer do pensamento a possessão de todos e não o privilégio de alguns, nós teremos que acabar com o medo. É o medo que restringe o homem. Medo de que suas crenças queridas se revelem como ilusões, medo de que as instituições pelas quais vive se provem maléficas, medo de que ele próprio se reconheça menos digno de respeito do que sempre supôs ser. Abaixo o pensamento! De volta às sombras do preconceito, sem o que a propriedade, a moralidade e a guerra estarão ameaçadas. É melhor que os homens sejam estúpidos, indolentes e opressivos, do que sejam seus pensamentos livres. Pois se seus pensamentos se tornassem livres, eles poderiam não pensar como nós. E a qualquer custo, esse desastre deve ser evitado.

Bertrand Russel. Internet: <<http://umlugarparapensar.blogspot.com>>. Acesso em 18/12/2005 (com adaptações).

Considerando que as idéias apresentadas nos textos acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto argumentativo, posicionando-se a respeito da necessidade, na formação dos jovens brasileiros, do estudo de disciplinas de conteúdo humanístico, como a Filosofia e a Sociologia.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	